

## **ÍNDICE**

1. Identificação do Procedimento .....	2
2. Entidade Adjudicante .....	2
3. Órgão que tomou a decisão de contratar.....	2
4. Fundamentação da escolha do procedimento .....	2
5. Acesso às peças do procedimento.....	2
6. Preço base .....	2
7. Noção de proposta .....	3
8. Documentos que constituem a proposta .....	3
9. Idioma dos documentos que constituem a proposta .....	3
10. Propostas variantes .....	4
11. Prazo de apresentação das propostas .....	4
12. Modo de apresentação da proposta e dos documentos que a instruem.....	4
13. Órgão competente para prestar esclarecimentos e Listas de erros e omissões .....	4
14. Prazo de manutenção das propostas .....	5
15. Critério de adjudicação.....	5
16. Leilão eletrónico .....	5
17. Contrato.....	5
18. Caução .....	5
19. Documentos de habilitação a apresentar pelo adjudicatário.....	5
20. Idioma dos documentos de habilitação.....	6
21. Prazo para apresentação dos documentos de habilitação .....	7
22. Outorga do contrato .....	7
23. Despesas e encargos do adjudicatário.....	7
24. Legislação aplicável.....	7
ANEXO I - Modelo de declaração .....	8
ANEXO II – Modelo de Proposta.....	10

## CONVITE

CONSULTA PRÉVIA Nº SCGC\_FLUP\_CPR\_00006\_2025 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO AUDIOVISUAL

SPUP – SERVIÇOS PARTILHADOS DA UNIVERSIDADE DO PORTO

SCGC – SERVIÇO DE COMPRAS E GESTÃO CONTRATUAL

### 1. IDENTIFICAÇÃO DO PROCEDIMENTO

PROCEDIMENTO Nº SCGC\_FLUP\_CPR\_00006\_2025 - Aquisição de equipamento audiovisual

### 2. ENTIDADE ADJUDICANTE

**Universidade do Porto**, Fundação Pública em Regime de Direito Privado, Pessoa Coletiva com o NIF: 501413197, através da **Faculdade de Letras**, dotada de autonomia administrativa e financeira, com o NIPC 600027740, sita na Via Panorâmica, s/n, 4150-564 Porto, Portugal.

### 3. ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR

A decisão de contratar foi tomada por despacho da Senhora Diretora da Faculdade de Letras da Universidade do Porto em 27/02/2025, no âmbito das suas competências próprias.

### 4. FUNDAMENTAÇÃO DA ESCOLHA DO PROCEDIMENTO

Consulta Prévia, critério do valor definido no artigo 20.º, n.º 1, al. c), do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei 18/2008 de 29 de janeiro, com as alterações em vigor.

### 5. ACESSO ÀS PEÇAS DO PROCEDIMENTO

1. As peças do procedimento estão disponíveis para consulta ou importação gratuitas na plataforma eletrónica de contratação Acingov, no seguinte endereço eletrónico: <http://www.acingov.pt>, **devendo para o efeito aceder ao do link enviado via correio eletrónico.**
2. As peças do procedimento estarão disponíveis para consulta dos interessados, desde o dia da publicação do convite até ao termo fixado para a apresentação das propostas, podendo ser examinadas, das 10h às 12h e das 14h às 16 horas no Serviço de Compras e gestão contratual dos Serviços Partilhados da Universidade do Porto, sito na Praça Gomes Teixeira s/n, 4099-002 Porto.

### 6. PREÇO BASE

1. O preço base é de **11.481,00 € (onze mil, quatrocentos e oitenta e um euros)**, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor e que corresponde ao valor máximo que a entidade se dispõe a pagar pelo fornecimento dos bens objeto do contrato.
2. A definição do preço base teve como referência consultas informais ao mercado.
3. Das consultas efetuadas não foi divulgado ou obtido qualquer dado que possa ser suscetível de distorcer a concorrência, no entanto as mesmas serão disponibilizadas para consulta presencial, caso solicitadas, após o término do prazo para apresentação de propostas.

## **7. NOÇÃO DE PROPOSTA**

1. A Proposta é a declaração pela qual o concorrente manifesta à entidade adjudicante a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo.
2. Para efeitos do presente convite, entende-se por atributo da Proposta qualquer elemento ou característica da mesma que diga respeito a um aspeto da execução do contrato submetido à concorrência pelo caderno de encargos.

## **8. DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA**

1. As propostas devem ser constituídas pelos seguintes documentos:
  - a. Declaração emitida conforme modelo constante do **Anexo I do CCP (Anexo I do convite)**, assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para obrigar
  - b. Proposta de preço total em conformidade com o modelo **Anexo II ao Convite**, considerando:
    - i. Preços unitários e preço total que não devem incluir o IVA;
    - ii. Os preços constantes da proposta devem ser indicados em algarismos, e não incluem IVA;
    - iii. Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos;
    - iv. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos;
  - c. Documento com os detalhes e especificações dos bens propostos.
  - d. Certidão de Registo Comercial no caso de o concorrente ser uma pessoa coletiva ou Certidão Permanente.
  - e. Quaisquer outros documentos que o concorrente considere indispensáveis para os efeitos da definição dos atributos da sua proposta, e os elementos técnicos e outros necessários à apreciação do mérito da proposta tendo em atenção o Critério de Adjudicação.
2. De acordo com o disposto no n.º 4 do artigo 57.º do CCP, a declaração referida na alínea a) do n.º 1, bem como a Proposta deve ser assinada pelo Concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar.

## **9. IDIOMA DOS DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA**

1. A proposta e os documentos que constituem a proposta devem ser redigidos, obrigatoriamente, em língua portuguesa.
2. A documentação técnica pode ser apresentada em língua inglesa.

## **10. PROPOSTAS VARIANTES**

Não é admitida a apresentação pelos concorrentes de propostas variantes.

## **11. PRAZO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS**

A proposta e os documentos que instruem a proposta serão entregues até às **17.00 horas do 6º dia a contar da data de envio do convite para apresentação de proposta.**

## **12. MODO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS QUE A INSTRUEM**

1. A proposta e os documentos que a instruem serão apresentados, nos termos do disposto no artigo 115.º n.º 1 alínea g) do CCP, através do seguinte meio de transmissão eletrónica de dados: [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt), **devendo para o efeito os convidados aceder através do link remetido na mensagem de correio eletrónico de convite à apresentação de proposta.**
2. Fica dispensada a submissão da proposta com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica, por não ser aplicável o disposto na Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, bem como da utilização de selos temporais, que são disponibilizados pela entidade adjudicante.
3. A receção da proposta é registada com referência à respetiva data e hora, sendo entregue ao concorrente(s) um recibo eletrónico / email comprovativo dessa receção.

## **13. ÓRGÃO COMPETENTE PARA PRESTAR ESCLARECIMENTOS E LISTAS DE ERROS E OMISSÕES**

1. O órgão competente para prestar esclarecimentos é o Júri do concurso.
2. No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação da proposta, os convidados podem, através da plataforma eletrónica [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt), **usando para o efeito o link remetido na mensagem de correio eletrónico de convite à apresentação de proposta**, solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo, deve apresentar uma lista na qual identifique, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados.
3. O órgão competente para a decisão de contratar, pode proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, nos termos do artigo 50º do CCP.
4. Os erros e omissões do caderno de encargos, detetados pelos interessados, devem ser apresentados ao órgão competente para a decisão de contratar, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
5. O órgão competente para a decisão de contratar deve pronunciar-se sobre os erros e omissões identificados pelos interessados até ao dia anterior ao termo do prazo fixado para apresentação de propostas, considerando-se rejeitados, os que não sejam por ele expressamente aceites.

6. Os esclarecimentos e as retificações referidos nos números anteriores serão disponibilizados pelo Júri e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, sendo imediatamente notificados desse facto, todos os interessados que as tenham adquirido e publicitado na plataforma eletrónica, de acordo com o artigo 50.º do CCP.

7. Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

#### **14. PRAZO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS**

As propostas mantêm-se obrigatoriamente até 66 dias úteis após o termo do prazo para sua apresentação.

#### **15. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO**

1. O critério de adjudicação é o da proposta economicamente mais vantajosa, determinada pela modalidade monofator, preço, enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar.
2. Em caso de empate entre propostas, as mesmas serão ordenadas:
  - i. Maior prazo de garantia;
  - ii. Menor prazo de entrega
3. Caso persista o empate após aplicação dos critérios definidos no ponto anterior, será realizado um sorteio, a convocar pelo contraente público.

#### **16. LEILÃO ELETRÓNICO**

Não aplicável.

#### **17. CONTRATO**

Haverá lugar a celebração de contrato escrito, nos termos em que o artigo 94.º do CCP o prevê.

#### **18. CAUÇÃO**

Não será exigida a prestação de caução, nos termos do nº 2 do artigo 88.º do CCP.

#### **19. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO A APRESENTAR PELO ADJUDICATÁRIO**

1. Nos termos do estabelecido no artigo 81.º do CCP, o adjudicatário deve apresentar os seguintes documentos de habilitação:

- a. Declaração emitida conforme o modelo constante do Anexo II do CCP;
- b. Documentos comprovativos, ou disponibilização de acesso para a sua consulta online, de que se encontra nas seguintes situações:
  - i. Situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP;
  - ii. Situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP;
- c. Certificado de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, ou disponibilização de acesso para a sua consulta online, da pessoa coletiva e de todos os titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP;
- d. Certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor, ou disponibilização do código de acesso para a sua consulta online, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, ou documento equivalente;
- e. Comprovativo da realização do Registo Central do Beneficiário Efetivo, nos termos do disposto no art.º 36.º do Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE).

(O registo do beneficiário efetivo é obrigatório para todas as entidades constituídas em Portugal **ou que aqui pretendam fazer negócios**. Todas as empresas, associações, fundações, entidades empresariais, sociedades civis, cooperativas, fundos ou trusts têm de ter os seus beneficiários efetivos registados. <https://www2.gov.pt/servicos/preencher-a-declaracao-do-registo-central-do-beneficiario-efetivo-rcbe->)

2. O documento previsto na alínea d), do número anterior apenas é obrigatório no caso de existirem alterações às inscrições constantes do documento apresentado em sede de apresentação de proposta (alínea d), do n.º 2, do artigo 7º).
3. O adjudicatário não tem de apresentar os documentos previstos na alínea b) e c) do n.º 1 se estiver registado no Portal Nacional de Fornecedores do Estado.

## **20. IDIOMA DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

1. Todos os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa.
2. Os documentos podem ser apresentados em língua estrangeira, sem necessidade de tradução.

## **21. PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

1. Os documentos deverão ser apresentados no prazo máximo de 5 dias após a notificação da adjudicação.
2. O prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, por solicitação do adjudicatário formulada ao órgão competente para a decisão de contratar, por um período não superior a cinco dias.
3. A supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP deve ocorrer no prazo de 2 dias.

## **22. OUTORGA DO CONTRATO**

A outorga do contrato terá lugar no prazo de 30 dias contados da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação.

## **23. DESPESAS E ENCARGOS DO ADJUDICATÁRIO**

As despesas e encargos inerentes à redução do contrato a escrito são da responsabilidade do adjudicatário.

## **24. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

Em tudo quanto for omissa no presente convite do concurso observar-se-á o disposto no CCP (aprovado pelo DL n.º 18/2008 de 29 de janeiro), e restante legislação aplicável.

## **ANEXO I - MODELO DE DECLARAÇÃO**

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A do CCP, conforme aplicável]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento n.º SCGC\_FLUP\_CPR\_00006\_2025 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO AUDIOVISUAL e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a



**CONVITE**

**CONSULTA PRÉVIA Nº SCGC\_FLUP\_CPR\_00006\_2025 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO AUDIOVISUAL**

**SPUP – SERVIÇOS PARTILHADOS DA UNIVERSIDADE DO PORTO**

**SCGC – SERVIÇO DE COMPRAS E GESTÃO CONTRATUAL**

---

formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

**ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA**

**PROPOSTA Nº (...)**

... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de... (firma, morada de sede, número de matrícula na Conservatório do Registo Comercial e número de pessoa coletiva ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, moradas de sede, número de matrícula na Conservatório do Registo Comercial e número de pessoa coletiva), depois de ter tomado inteiro conhecimento do objeto e âmbito do *procedimento nº SCGC\_FLUP\_CPR\_00006\_2025 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO AUDIOVISUAL* e de todas as condições estabelecidas no Caderno de Encargos e restantes peças patenteadas, propõe-se executar o contrato, de acordo com o preço a seguir discriminado:

N.º de Item	Tipo de equipamento	Un	PU (s/ IVA)	Total (s/ IVA)
1	Máquina fotográfica com lente 18-135mm	3		
2	Adaptador de corrente para máquina fotográfica	3		
3	Tripé de carbono	3		
4	Cartão de Memória	4		
5	Microfone de lapela duplo	3		
6	Green Screen	3		
7	Iluminação – Kit Duplo com tripé	3		
8	Microfone shotgun compacto para máquina fotográfica	3		
9	Máquina de filmar	2		
10	Tripé para máquina de filmar	2		
11	Microfone tipo shotgun	2		
12	Bateria BP828	8		
13	Mochila para transporte de equipamento audiovisual	2		
14	Bateria vw vbg260	4		
15	Carregador de baterias Universal	2		
16	Bolsa para transporte de equipamento audiovisual	3		
17	Cabo XLR	2		
<b>TOTAL (sem IVA)</b>				

PRAZO DE ENTREGA (DIAS) – (MÁXIMO 25 DIAS)	
PRAZO DE GARANTIA (MESES) – (MÍNIMO 36 MESES)	

**CONVITE**

**CONSULTA PRÉVIA Nº SCGC\_FLUP\_CPR\_00006\_2025 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO AUDIOVISUAL**

**SPUP – SERVIÇOS PARTILHADOS DA UNIVERSIDADE DO PORTO**

**SCGC – SERVIÇO DE COMPRAS E GESTÃO CONTRATUAL**

O fornecimento dos equipamentos constantes do quadro acima para a Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP) será efetuado pelo preço global de ... (valor €), ... (valor por extenso), acrescido de IVA à taxa legal de ...%. (indicar o valor do IVA por extenso, se aplicável)

..... (local), ..... (data)

..... (assinatura).....